

▶ JUSTIÇA

**TJ terá fundo
para garantir
a segurança
de juízes**

| A Assembleia Legislativa do Paraná aprovou ontem, em primeira discussão, dois projetos do Tribunal de Justiça (TJ). O primeiro deles prevê a criação do Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados (Funseg), conforme determina a Resolução n.º 104, de abril de 2010, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Pela proposta, os recursos do fundo, que busca reforçar a segurança dos membros do Judiciário, virão de transferências dos três poderes, de aplicações financeiras e do repasse de 0,2% da receita bruta dos cartórios extrajudiciais.

O outro projeto dá novo destino à arrecadação das custas judiciais. Atualmente, os recursos são destinados ao Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário (Funrejus). Pela proposta, a verba passará a ir para o Fundo da Justiça (Funjus). A mudança não envolve aumento dos valores das custas. Com a alteração, os recursos arrecadados nos Juizados Especiais e do 2.º grau de jurisdição serão investidos no pagamento de servidores públicos para atuar nos cartórios judiciais, nos quais são protocolados e tramitam todos os processos da Justiça.

Gasto milionário

Ontem, o TJ enviou uma proposta à Assembleia para “corrigir a redação” da Lei 16.748/2010, que estabeleceu o Plano de Cargos e Salários da instituição. O projeto estende a todos os servidores o direito à primeira progressão na carreira por antiguidade desde a entrada em vigor da lei. Pelo texto anterior, eles teriam de aguardar que se passassem três anos da vigência da lei para isso, ao contrário dos servidores em estágio probatório. “Com isso, busca-se conferir um justo tratamento aos servidores do Poder Judiciário”, justifica o presidente do TJ, desembargador Guilherme Luiz Gomes. A medida custará R\$ 12 milhões aos cofres públicos no ano que vem. (ELG)



Guilherme Luiz Gomes,
presidente do TJ.

27 NOV 2013

GAZETA DO POVO

» FINANÇAS

Orçamento do PR é aprovado com 1,6 mil emendas

R\$ 35
BILHÕES

é o valor do orçamento do estado para 2014.

¶ Por unanimidade, a Lei Orçamentária Anual (LOA) do Paraná para 2014 foi aprovada ontem, em primeira votação, na Assembleia Legislativa (Alép). Estimado em R\$ 35 bilhões, o orçamento inclui 1.661 emendas propostas pelos parlamentares. O Executivo, porém, já anunciou que não pagará nenhuma delas.

A LOA detalha os programas e linhas de atuação do governo estadual para o ano seguinte. Pelo texto, o Tribunal de Justiça (TJ) vai receber 9,5% do orçamento e o Ministério Público Estadual (MP) vai ficar com 4,1%. Já a Assembleia vai receber 3,1% e o Tribunal de Contas do Estado (TC), 1,9%. Outros R\$ 47 milhões irão para a Defensoria Pública. Conforme exige a Constituição, 30% deverão obrigatoriamente ser destinados à educação e 12% à saúde.

Segundo a Comissão de Orçamento da Assembleia, as principais áreas atendidas pelas milhares de emendas parlamentares são as da saúde, educação, segurança pública, desenvolvimento urbano e agricultura. Somadas, as emendas individuais resultaram em R\$ 54 milhões — R\$ 1 milhão por deputado. O texto da LOA deverá ser analisado em segunda votação na próxima segunda-feira. (ELG)

27 NOV 2013

JUSTIÇA

GAZETA DO POVO

Câmara aprova texto-base do Código de Processo Civil

O plenário da Câmara dos Deputados concluiu ontem à noite a votação do texto-base do projeto de lei do novo Código de Processo Civil (CPC) — conjunto de regras que disciplina a tramitação de ações cíveis na Justiça. Segundo informações da Agência Câmara, ainda falta votar, em data a ser definida, as emendas apresentadas pelos deputados ao texto. As emendas poderão ser protocoladas até a próxima segunda-feira.

O projeto do Código de Processo Civil, por ser muito extenso, foi fatiado em seis partes. O texto-base da primeira fatia (a parte geral da lei) havia sido aprovado no dia 5 deste mês. Ontem, os deputados votaram as outras seis partes.

O objetivo do novo CPC é agilizar a tramitação de ações. Uma das principais medidas previstas é a obrigação de os juízes julgarem as causas por ordem cronológica, evitando que processos antigos fiquem sem julgamento. Outro ponto prevê a criação do chamado instituto de resolução de demandas repetitivas, que estabelece um sistema para que várias ações iguais sejam decididas de uma só vez pela segunda instância judiciária. Juízes de primeiro grau serão obrigados a seguir esse entendimento.

AGILIDADE PARA AJUSTIÇA

Esse é o principal objetivo do novo Código de Processo Civil. Uma das principais medidas é a obrigação de os juízes julgarem as causas por ordem cronológica, evitando que processos antigos fiquem sem julgamento.

O texto do novo CPC também determina que a jurisprudência firmada em instâncias superiores seja adotada nos juizados de 1.º grau. Mas, se o juiz perceber que um processo individual pode ter efeito coletivo, ele poderá transformá-lo em ação coletiva, com anuência do Ministério Público.

Na tentativa de frear os recursos protelatórios, o projeto prevê multa se isso ficar comprovado. E o prazo dos recursos serão contados em dias úteis. Também fica instituído que esses prazos serão suspensos de 20 de dezembro a 20 de janeiro — medida que, na prática, cria férias anuais para os advogados.

Outra novidade é que, no início da tramitação da ação, as partes terão 60 dias para tentar uma conciliação. O projeto também autoriza que audiências sejam promovidas por videoconferência e admite o julgamento eletrônico dos recursos. A proposta também fixou um processo para tratar de desapropriação de terras: deve ocorrer audiência pública quando as ocupações durarem mais de um ano.

Marcha à réna transparência

27 NOV 2013

GAZETA DO POVO

Lei que dispensa agentes políticos de apresentar relatórios de trabalho representa retrocesso no combate à praga dos funcionários fantasmas

Os deputados estaduais do Paraná mais uma vez deram prova de seu descompromisso com a transparência e com a moralidade dos atos que praticam. A última demonstração deste comportamento se deu nesta semana, quando, em votação relâmpago, a Assembleia aprovou projeto de lei que dispensa cerca de mil servidores do Legislativo de comprovar que de fato trabalham e fazem jus aos salários que o povo lhes paga. A medida contraria outro dispositivo, aprovado em 2010 pela própria Assembleia, que exigia comprovação de atividade por parte de funcionários dispensados de bater ponto na repartição.

A origem da lei de 2010 foi a série “Diários Secretos”, veiculada por este jornal e pela RPCTV, que revelou a existência de centenas de funcionários fantasmas, nomeados à sorrelfa por diretores do Legislativo num esquema que desviou milhões de reais dos cofres públicos. Diante do escândalo, a Assembleia tomou algumas providências, dentre as quais a de obrigar a apresentação de relatórios mensais de atividade por parte de servidores residentes em municípios do interior, designados burocraticamente como “agentes políticos”.

Sem dúvida, foi um avanço, embora insuficiente. Os tais “agentes políticos” são de livre escolha dos deputados, nomeados para cargos comissionados — isto é, sem concurso — e lotados em seus respectivos gabinetes. Teoricamente, devem estar presentes e disponíveis nas “bases” dos parlamentares que os nomearam para atender os eleitores e cumprir tarefas de representação do mandato. Mas ninguém garante ter certeza nem de que trabalhem e, muito menos, de que efetivamente estejam a serviço do interesse público, requisito indispensável para que sejam remunerados pelos cofres públicos.

Afora a evidência de que o dispositivo anterior era praticamente inócuo no sentido de evitar a fantasmagoria, há um outro ponto a que se dá pouca atenção quando se trata de debater a ética e a legalidade da existência desses agentes políticos, na medida em que se sabe que sua atuação, de modo geral, inclui prestar serviços análogos aos de cabos eleitorais — isto é, manter ou cabalar votos para os deputados que os nomearam, o que poderia ser caracterizado, ainda que indiretamente, como financiamento público de campanhas. Enquanto não houver lei que estabeleça esta modalidade de custeio das campanhas, é no mínimo ilegal e imoral colocar a conta nos ombros do contribuinte.

A nova lei, que contou com apoio tanto da situação quanto da oposição, torna ainda mais ampla esta possibilidade: por ela, os agentes políticos tornam-se desobrigados de apresentar relatórios de atividade (coisa, aliás, que poucos já cumpriam), mas responsabiliza os deputados que os nomearam pela irregularidade de pagar salários a quem não trabalha. Na verdade, parece ter sido uma artimanha dos autores do projeto de lei — o presidente da Assembleia, deputado Valdir Rossoni, e o primeiro-secretário, Plauto Miró — visando a furtar-se de dar explicações ao Ministério Público Estadual, que lhes cobrava a publicação na internet dos tais relatórios.

Sem dúvida, o afrouxamento da lei de 2010 — que já não era tão rigorosa nem tão eficaz — representa um retrocesso na direção dos velhos e condenáveis costumes da Casa, que volta a abrir portas para práticas irregulares. Se a medida extinta dava margem à elaboração de falsos relatórios, como argumentaram os autores da nova, o correto agora seria a adoção de outros meios de averiguação e de penalização dos responsáveis, e não o acobertamento pela via do corporativismo autoprotetor que transfere a vigilância para os próprios deputados que nomearam os agentes políticos.

Relatórios de agentes políticos auxiliavam investigações

Atividade de assessores de deputados é investigada pelo MP. Fim da exigência de preencher formulário tornará mais difícil a fiscalização para coibir fantasmas

Guilherme Voitch e
Euclides Lucas Garcia

Os relatórios mensais de atividade de assessores parlamentares dos deputados estaduais, documentos que irão deixar de ser obrigatórios, vinham auxiliando uma série de investigações em andamento conduzidas pelo Ministério Público do Paraná (MP). Ontem, a Assembleia Legislativa do Paraná concluiu a votação do projeto que acaba com a exigência de que esses funcionários apresentem um resumo oficial do seu trabalho legislativo. Agora, a proposta segue para sanção governamental.

O projeto de autoria dos deputados Valdir Rossoni (PSDB) e Plauto Miró (DEM), respectivamente presidente e primeiro-secretário da Assembleia altera a Lei

16.522/2010, que regulamenta a função do “agente político” dos deputados. Como não são obrigados a bater cartão-ponto, esses mais de mil assessores, que costumam trabalhar fora da Casa, precisavam apresentar relatórios mensais de suas atividades. A medida foi implantada como uma resposta para “moralizar” o Legislativo, após o escândalo dos Diários Secretos ter mostrado a existência de funcionários que não trabalhavam ou que atuavam como cabos eleitorais dos parlamentares em suas bases políticas.

Ontem, por meio da assessoria de imprensa, o MP informou que as promotorias de Proteção ao Patrimônio Público conduzem várias investigações sobre a atividade dos chamados agentes políticos. Nelas, os relatórios são utilizados para que se analise o dia a dia dos funcionários. Em alguns desses casos, o MP precisou pedir explicações dos deputados, uma vez que o gabinete não fornecia os relatórios de atividade. Na prática, com a aprovação da nova lei, a verificação do trabalho dos agentes se tornará mais difícil. Questionado sobre a proposta votada pela Assembleia, porém, o órgão disse que só iria se manifestar após a sanção — ou veto — do governador Beto Richa (PSDB).

Lei ignorada

Durante a sessão de ontem, Rossoni falou em divisão de responsabilidades e voltou a defender que cada deputado deve responder pelo controle das atividades dos próprios assessores. “A forma [anterior] da lei era inexecutável, inócua. A Comissão Executiva não tem condições de estar em todos os lugares do Paraná fiscalizando. Ninguém é super-homem”, argumentou. Rossoni negou que a proposta tenha o objetivo de inibir investigações do MP.

Ao comentarem o assunto, outros deputados admitiram abertamente que nunca exigiram que seus funcionários preenchessem o relatório mensal, entre eles o líder do governo, Ademar Traiano (PSDB), e o presidente estadual do PT, Enio Verri. “O papel aceita qualquer coisa, não é ele que vai comprovar se o funcionário está trabalhando. A fiscalização da imprensa e de qualquer cidadão vale muito mais que qualquer papel frio”, defendeu Traiano.

“A questão do relatório não é determinante, mas sim se estamos apresentando projetos, se estamos conectados com a realidade do estado. Prefiro que a população cobre de mim se o meu pessoal está trabalhando ou não”, afirmou Verri.

27 NOV 2013

GAZETA DO POVO

AÇÕES

Julgamento do Mais Médicos no STF

ocorrerá só em 2014

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Marco Aurélio Mello, relator de duas ações diretas de inconstitucionalidade (Adins) contra o programa Mais Médicos, afirmou ontem que os processos devem ser julgados somente em 2014. Segundo informações do STF, ele declarou que há uma fila grande de processos para serem apreciados neste ano.

Marco Aurélio se pronunciou após uma audiência pública que tratou do Mais Médicos no STF. Vários expositores participaram, mostrando bastante divergência sobre o tema. Segundo a Agência Brasil, foram feitas alertas para a precarização do trabalho médico e críticas à dispensa da exigência de revalidação dos diplomas de profissionais formados no exterior. Por outro lado, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), levou dados que mostram a concentração de médicos em áreas mais desenvolvidas. "Os médicos estão onde está o maior poder aquisitivo, não onde estão as pessoas pobres. Os dados mostram isso com clareza", disse o presidente do Ipea, Marcelo Neri. (RF)

CRIME ON-LINE

Mãe negocia na internet doação de recém-nascido a um casal de adolescentes

Renata Soares da Costa, 19 anos, foi presa em Belo Horizonte (MG) por negociar a doação do filho de dois meses pela internet. Johny Nulhia, de 24 anos, acionou a polícia após ela dizer que o filho deles tinha sido sequestrado. O bebê estava com um casal de 17 anos do Rio de Janeiro, que manteve contato com a mãe por meio de um site de adoção e foi de táxi a Belo Horizonte para buscá-lo. A mãe responderá por crime de subtração de incapaz. O casal será indiciado por fato análogo a subtração de incapaz. O bebê ficará com o pai.

INDENIZAÇÃO

TIM pagará R\$ 5 mi a funcionária que não podia ir ao banheiro

Decisão do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná (TRT-PR) determinou que a TIM pague uma indenização de R\$ 5 milhões a uma ex-funcionária proibida de ir ao banheiro durante o horário de trabalho. O valor, que costuma variar entre R\$ 1 mil e R\$ 10 mil nesses casos, foi aumentado pelo juiz, segundo a sentença, para que haja uma mudança na administração da empresa em relação à determinação de horário de os empregados irem ao banheiro. A funcionária, conforme o TRT-PR, também sofria ameaça de mudança de horário, caso faltasse ao trabalho. Procurada, a TIM disse, apenas, que foi notificada e que vai recorrer.

27 NOV 2013

FOLHA DE LONDRINA

INFORME FOLHA

Magistrados blindados

Os deputados paranaenses aprovaram ontem, em primeira votação, um total de seis projetos de autoria do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná. Entre eles está o 118/2013, que cria o Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados. Segundo a justificativa apresentada, o objetivo é garantir recursos para estruturação, aparelhamento, modernização e adequação tecnológica dos meios utilizados nas atividades de segurança dos juízes e desembargadores.

Proposta do Clayton Camargo

Conforme a proposta, parte dos recursos do Fundo será cobrada dos cartórios do foro extrajudicial, que ficam obrigados a repassar 0,2% da receita bruta ao TJ. Outras verbas serão provenientes de transferências orçamentárias autorizadas pelo próprio Poder Judiciário, pelo Executivo, por fundos especiais e demais órgãos públicos. Estão autorizados, ainda, repasses de entidades de direito público, instituições financeiras e entidades de direito privado. Antes de ser enviado à Assembleia Legislativa (AL), em março deste ano, o projeto passou pela apreciação do Órgão Especial do TJ. Na época, o presidente do Judiciário ainda era o desembargador Clayton Camargo.

FOLHA DE LONDRINA

INFORME FOLHA

27 NOV 2013

Caso arquivado

O Ministério Público (MP) estadual arquivou o inquérito contra o ex-prefeito de Londrina Barbosa Neto (PDT), que apurou a utilização das cores do PDT em obras públicas realizada com recursos municipais. O arquivamento foi assinado no último dia 13 pelos promotores de Justiça Leila Voltarelli e Renato de Lima Castro. "As provas carreadas neste procedimento investigatório não evidenciam a concretização de Ato de Improbidade Administrativa, que legitime a intervenção desta Promotoria de Defesa do Patrimônio Público", afirma o ofício.

Barbosa Neto

Entre as obras que foram analisadas pelo MP está o Restaurante Popular, que foi inaugurado em 2012 pelo então prefeito de Londrina. O local foi pintado de branco, azul e vermelho, cores do partido de Barbosa Neto. Além disso, o local foi batizado de "Leonel Brizola", fundador do PDT. "Com efeito, não se vislumbra qualquer identificação como nome, símbolo ou imagens que liguem as ações administrativas à pessoa do então Prefeito de Londrina", reitera o ofício de arquivamento.

Nas mãos do pregoeiro

Os envelopes com as propostas das três empresas que disputam o comando do Restaurante Popular de Londrina foram abertos ontem e as planilhas estão sob análise da equipe de pregoeiros da prefeitura. A informação é do secretário de Gestão Pública, Rogério Dias. Segundo ele, não houve alteração no preço proposto pelas interessadas, o que deixa a curitibana ASP na vantagem, já que ofereceu o menor valor.

Joel absolvido

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) confirmou decisão do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Paraná que absolveu o ex-vereador de Londrina Joel Garcia da acusação de compra de votos no distrito de São Luís. O ex-candidato foi condenado em primeira instância, mas conseguiu reformar a sentença no TRE. Com isso, o Ministério Público Eleitoral entrou com agravo de instrumento no TSE. Porém, para a ministra Luciana Lóssio, a acusação não conseguiu comprovar a compra de votos porque não ouviu supostos aliciados. As provas produzidas foram declarações de pessoas que ouviram falar de que a irregularidade havia ocorrido, mas nenhuma citou alguém que possa ter agido dessa forma. "Apesar da acusação dizer que há prova, não se pode admitir que exista construção de tese, como pretende fazer crer", escreveu a magistrada.

LUIZ GERALDO MAZZA

Raio duplo

Dizem que um raio não cai duas vezes no mesmo lugar, mas em Campo Largo onde o excesso de presos nas cadeias levou à morte um superintendente numa escolta alguns condenados brincavam ontem no facebook com seus telefones celulares. Assim mesmo foi preciso denúncia para que o Cope interviesse. Em lugar para 30 presos havia 100, situação claramente inadmissível.

27 NOV 2013

FOLHA DE LONDRINA

Racismo e consciência

Flávio Balan e outros

Quando uma pessoa ou instituição é chamada de racista, pelo menos um crime está sendo cometido. Se a acusação é verdadeira, há um crime hediondo: o de discriminar um ser humano pela cor de sua pele. Se a acusação é mentirosa, trata-se de calúnia. Ambos os crimes são intoleráveis.

Quando a calúnia é cometida por uma autoridade pública, que deveria zelar pela verdade e a justiça, a situação se torna ainda mais grave. Pois foi exatamente isso que aconteceu com a publicação do artigo "Feriado de 20 de novembro: a consciência necessária", assinado pelo promotor Paulo Tavares e pela professora Maria Nilza da Silva (Espaço Aberto, 23/11). Logo na primeira frase, o promotor e a professora acusam de racismo as instituições que lutaram contra a realização de mais um feriado no Dia da Consciência Negra.

Causa-nos estranheza que os autores defendam a realização de um feriado contrário à legalidade. Promotores e sociólogos deveriam lutar pela lei, não pelo seu descumprimento.

Não bastassem a pesadíssima carga tributária e as trapalhadas na economia, os empresários e o conjunto da sociedade agora serão obrigados a arcar com dias de folga criados ao bel-prazer dos políticos? Quem vai ressarcir as perdas de produtividade na indústria e a paralisação nos serviços públicos? Quem vai pagar os prejuízos dos pequenos comerciantes obrigados a fechar as portas? Quem vai repor as aulas perdidas por nossas crianças (aulas que poderiam abordar a questão do racismo e da cultura negra)? Na verdade, quem paga pelo feriado é o povo. É a cidade. É você que está lendo este artigo, não importa a cor da sua pele.

Nossa sociedade tem graves problemas a resolver – especialmente nas áreas da saúde, educação e segurança. Acreditamos que os meios mais adequados para enfrentar esses desafios estejam no diálogo e no entendimento entre todos os grupos sociais. As entidades empresariais pa-

ranaenses pregam o caminho da união e do respeito à lei. Só unidos – e não divididos por motivações ideológicas – poderemos vencer o crime, a injustiça e as mazelas sociais.

Londrina nasceu como empresa. No momento em que nos preparamos para entrar no 80º ano de emancipação do município, é lamentável que representantes do Ministério Público e da universidade tentem criminalizar a atividade empresarial, associando-a a um crime hediondo como o racismo e subestimando a importância da produtividade econômica para o desenvolvimento social.

O racismo é moralmente abominável, como também o são o autoritarismo, a demagogia e a corrupção. As entidades empresariais sempre serão solidárias à extinção das desigualdades, sejam elas oriundas da diferença de cor, raça ou etnia, e continuarão a defender o desenvolvimento de uma sociedade justa e igualitária. Quando as entidades empresariais da cidade lutaram contra a PEC 37, que restringia os poderes de investigação do Ministério Público, atuaram em defesa da lei e da liberdade. Não era

uma carta branca para que os seus representantes atacassem a lei, a liberdade e a honra das pessoas.

Nossas entidades ajudaram a construir Londrina com a união de todas as culturas, etnias e religiões. Merecem um pedido público de desculpas.

FLÁVIO MONTENEGRO BALAN

é presidente da Acil;

VALTER LUIZ ORSI

é presidente do Sindimetal Londrina;

GERSON GUARIENTE

é presidente do Sinduscon Norte Paraná;

YUKIO AJITA

é presidente do Sincoval;

RAINER ZIELASKO

é presidente do Sistema Faciap e

EDSON CAMPAGNOLO

é presidente do Sistema Fiep

As entidades empresariais sempre serão solidárias à extinção das desigualdades e continuarão a defender o desenvolvimento de uma sociedade justa e igualitária

27 NOV 2013

O ESTADO DE S. PAULO

CID HERACLITO DE
QUEIROZ

O Supremo Tribunal e os planos econômicos

O Supremo Tribunal Federal deve julgar hoje a questão (1 milhão de ações) relativa à cons-

titucionalidade dos Planos Econômicos-Bresser, Verão e Collor, em face de pleito dos titulares de contas de poupança que se consideraram prejudicados pelas regras de conversão de moeda antiga para moeda nova, no respeitante à correção monetária dos depósitos. E pleiteiam diferenças, no valor global de cerca de R\$ 150 bilhões, por parte das instituições financeiras depositárias, sobretudo da Caixa Econômica Federal. Alegam inexistente direito constitucional a um determinado índice de correção dos depósitos. Ora, os índices – é bom lembrar – podem até ser extintos, a qualquer tempo. A decisão preocupa seriamente o governo federal, porquanto, se esse pleito for acolhido, poderá ocorrer até mesmo a quebra de algumas instituições bancárias.

Seguindo a mesma tese, a Receita Federal teria de devolver parte do Imposto de Renda pago pelas instituições financeiras, os adquirentes de habitações financiadas teriam de pagar imensas diferenças, etc. Tudo isso acabaria por gerar uma crise econômico-financeira, com o recrudescimento da inflação, que afeta, sobretudo, as classes mais desfavorecidas. Todavia, no mundo do Direito, a substância deve prevalecer sobre a forma e o interesse social, sobre o interesse individual.

As Constituições de numerosos países dispensam tratamento expresso ao *sistema monetário* – Estados Unidos, Alema-

**No mundo do Direito,
o interesse social
deve prevalecer sobre o
interesse individual**

nha, Suíça, Holanda, Austria, Portugal, Suécia, Grécia, Argentina, México, etc. Nossa tradição constitucional não é diferente. A Constituição do Império preceituava que era atribuição da Assembleia Geral *determinar o peso, o valor, a inscrição, o tipo e a denominação das moedas*. Essa norma foi reproduzida pela Carta Republicana de 1891. A Carta de 1934 atribuiu competência privativa à União para fixar o *sistema monetário*, cunhar e emitir moeda e instituir banco de emissão. Na de 1937, foi conferido à União o poder de legislar sobre *questões de moeda*. A Carta Democrática de 1946 atribuiu competência à União para *cunhar e emitir moeda e instituir bancos de emissão*. A de 1967 atribuiu competência à União para *cunhar e emitir moeda*, bem assim para legislar sobre *sistema monetário*. A Emenda n.º 1/69 manteve essas normas. Finalmente, a Constituição de 1988, de modo mais adequado, preceituou a competência executiva da União para *emitir moeda* e a competência legislativa para dispor, privativamente, sobre *sistema monetário*.

Assim, desde o Império sempre foi clara a competência constitucional da União não simplesmente para cunhar (fabricar) e emitir moeda (pôr moeda em circulação), mas, sobretudo, para legislar sobre *sistema monetário*; um “direito inerente à soberania”, na lição do clássico Maximiliano. Aliás,

no final do século 19, a Suprema Corte dos Estados Unidos já havia decidido, pelo voto do Justice Gray, que o “*poder de emitir moeda, atribuir-lhe curso forçado e regular o respectivo padrão é inerente à soberania*” (Juilliard x Greenman Case, 1884).

Quando a Constituição atribui competência à União para legislar sobre *sistema monetário*, confere-lhe, implícita e necessariamente, poderes para criar e extinguir tal ou qual moeda, atribuir-lhe ou retirar-lhe o curso forçado, fixar-lhe o respectivo padrão (poder liberatório pelo qual se processam as transações comerciais e civis), estabelecer regras de conversão da moeda antiga para a nova, seja ao par, seja noutra proporção, inclusive prescrevendo taxas diferenciadas, segundo a natureza dos valores representados na moeda antiga, e dispondo sobre o prazo e as condições, gerais ou diferenciadas, para a conversão.

“A estabilidade da moeda deveria estar incluída entre os direitos fundamentais do homem”, disse Ludwig Erhard. “E só uma política de estabilização da moeda torna possível que uma classe não enriqueça à custa das outras”, afirmava o pai do milagre alemão, Destarte, “não pode o Direito”, ensina ainda Maximiliano, “isolar-se do ambiente em que vigora, deixar de atender às outras manifestações da vida social e econômica. As mudanças econômicas e sociais constituem o fundo e a razão de ser de toda a evolução jurídica”.

CONTINUA

27 NOV 2013

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

E oportuno lembrar que, por ocasião da fusão das duas Alemanhas, foi atribuído ao Banco Central da Alemanha Ocidental (Bundesbank) um plano pelo qual até 2 mil marcos orientais, depositados em contas de poupança, seriam convertidos ao par em marcos ocidentais e o restante, assim como o valor de salários e pensões, seria convertido na proporção de dois por um. No mercado livre, a taxa era de cinco marcos orientais por um ocidental.

Além disso, *mais de 20 anos* são decorridos do advento dos citados planos e seus efeitos estão consolidados, inclusive pelo posterior Plano Cruzado e pelas medidas dos sucessivos governos para combater a inflação e estabilizar a moeda nacional. A par da questão constitucional, matéria publicada pela revista *Veja* desta semana demonstra que, pelas regras dos planos econômicos, as contas de poupança teriam sido corrigidas abaixo da inflação no mês de implantação de cada plano, mas corrigidas *acima da inflação* no primeiro trimestre após cada plano. E informa que 2% dos poupadores (mais ricos) concentravam mais de 50% das aplicações.

Os Planos Bresser, na gestão de Luiz Carlos Bresser-Pereira, Verão, na gestão de Mailson da Nóbrega, e Collor, na gestão de Zélia Cardoso de Mello, foram concebidos e elaborados, sob a orientação desses ilustres ministros, por equipes de competentes economistas e técnicos, para eliminar ou reduzir não simplesmente a inflação, mas a *hiperinflação* que ameaçava a harmonia social, um dos fundamentos da sociedade brasileira, como preceitua, com rara felicidade, o preâmbulo da Constituição de 1988.

27 NOV 2013

O ESTADO DE S. PAULO

STF começa a julgar planos econômicos

Pagamento de expurgos inflacionários a poupadores se arrasta há décadas na Justiça

Felipe Recondo / BRASÍLIA

Em meio a pressões políticas e uma guerra de números, o Supremo Tribunal Federal (STF) começa hoje a decidir se os poupadores têm direito a receber expurgos inflacionários decorrentes da mudança na correção das cadernetas de poupança em razão dos planos econômicos Cruzado, Bresser, Verão, Collor 1 e Collor 2. Uma discussão que se arrasta há décadas na Justiça e que será decidida apenas no ano que vem.

Em meio ao debate jurídico, os valores financeiros deverão estar no centro da decisão. O Banco Central alega que o julgamento a favor dos poupadores levará a uma perda de R\$ 150 bilhões no capital dos bancos, retração de R\$ 1 trilhão no mercado de crédito e, conseqüentemente, redução da atividade econômica e impacto no emprego e na renda.

O Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor afirma que o número do BC é exagerado. Pelas contas da ONG, os bancos teriam de despendar R\$ 8,4 bilhões, caso saiam perdedores no STF.

A decisão do STF resolverá em definitivo essa questão e repercutirá em mais de 395 mil ações que tramitam nas diferentes instâncias do Judiciário. Uma vitória em favor dos poupadores, entretanto, não significará o pagamento imediato das

Para Idec, há um tom 'alarmista' com relação a valores

● Preocupado com o que chamou de tom alarmista do governo em relação ao desfecho do julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre os planos econômicos das décadas de 80 e 90, o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) decidiu enviar uma carta à presidente Dilma Rousseff ontem.

De acordo com a ONG, o valor potencial máximo a ser devolvido pelos bancos aos poupadores é estimado em R\$ 8,465 bilhões, cerca de 6% do teto de R\$ 149 bilhões traçado pelo governo na pior das hipóteses.

No passado, o Idec havia apresentado outros valores. Em 2009, o ministro Guido Mantega, além dos então titulares do BC Henrique Meirelles e do procurador-geral do BC Francisco José Siqueira receberam planilha com um impacto de R\$ 102,4 bilhões.

/ CÉLIA FROUFE

diferenças nas contas dos correntistas.

Trâmite. Integrantes do governo admitem a possibilidade de o STF, eventualmente, modular o impacto de uma decisão contrária aos interesses dos

bancos. Além disso, terminado o julgamento, as ações de poupadores, que estão paradas, voltarão a tramitar normalmente. E cada uma delas chegará ao fim em momentos distintos. Só depois, os bancos, caso percam, terão de pagar os expurgos.

As divergências em torno da correção das cadernetas de poupança envolvem a data de aplicação dos índices estabelecidos pelos planos econômicos, planejados pelos governos à época para combater a inflação.

Os bancos aplicaram os novos índices para corrigir os valores depositados nas cadernetas de poupança, desde o início até o fim do mês. Os poupadores alegam que, nas semanas anteriores aos planos, os valores deveriam ser corrigidos pelo percentual usado até então.

É essa a diferença que está em jogo. Os valores variam conforme os planos. No caso do Plano Bresser, a diferença seria de 8,04%; no Verão, 20,46%. O Plano Collor se divide em três, com diferentes percentuais: 44,8%, 2,49% e 4,39%.

Plenário. Dois dos ministros do STF não participarão do julgamento. Luiz Fux e Luís Roberto Barroso se declararam impedidos de julgar as ações em pauta. Fux, porque a filha advoga em um dos processos. Barroso, quando advogado, trabalhou em favor dos poupadores.

Na sessão de hoje, Ricardo Lewandowski, Gilmar Mendes e Dias Toffoli lerão os relatórios dos processos em julgamento. Em seguida, as sustentações orais de aproximadamente 30 advogados. Lewandowski afirmou que pretende ler seu voto ainda nesta semana. Mesmo assim, a decisão ficará para 2014.

Ministros do tribunal vinham defendendo adiar o julgamento para o ano que vem. O presidente do STF, Joaquim Barbosa, manteve o processo em pauta. O receio de parte dos ministros é que o julgamento possa criar turbulências na economia e repercutir no processo eleitoral.

27 NOV 2013

O ESTADO DE S. PAULO STJ adia decisão sobre processo contra a Vale

Sem decisão sobre ação,
que cobra multa de
R\$ 30 bilhões, empresa
enfrenta impasse
sobre adesão ao Refis

Anne Warth /BRASÍLIA

O julgamento do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre a tributação de lucros de subsidiárias da Vale no exterior, que envolve R\$ 30 bilhões, foi suspenso ontem, criando um impasse para a companhia sobre sua adesão ou não ao Programa de Recuperação Fiscal (Refis), cujo prazo se encerra na sexta-feira.

A Receita Federal cobra R\$ 30 bilhões da Vale, decorrente da incidência de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) sobre o lucro dessas empresas.

Durante o julgamento, na Primeira Turma do STJ, o ministro Ari Pargendler pediu vistas ao processo, suspendendo o julgamento. A companhia obteve voto favorável do relator desse caso, o ministro Napoleão Nunes Maia Filho. Já o ministro Sérgio Kukina foi a favor do governo federal. O ministro Benedito Gonçalves se declarou impedido de votar.

A Primeira Turma do STJ, que tem cinco magistrados, voltará a se reunir na próxima terça-feira, mas ainda sem garantia de que o tema retornará à pauta na semana vem. Além do voto de Pargendler, ainda falta a posição do ministro Arnaldo Esteves Lima sobre o processo.

Até sexta-feira, a Vale terá que tomar uma decisão importante. Neste dia, termina o prazo para a empresa aderir ao Refis, de parcelamento de dívidas tributárias. Ou seja, a decisão da Vale terá que ser tomada antes da posição do STJ.

Executivos da companhia que acompanhavam o julgamento no STJ não quiseram se pronunciar sobre o tema. Durante a sessão, o advogado Eduardo Ferrão, em defesa da Vale, afirmou que a cobrança de impostos sobre empresas controladas pela Vale na Bélgica, Dinamarca e Luxemburgo violava tratados internacionais aos quais o Brasil aderiu e que proibem a bitributação. Na avaliação da Vale, trata-se de empresas estrangeiras, diferente de filiais, que operam no exterior como representantes de companhias brasileiras.

Ontem, as ações ordinárias da Vale caíram 3,2% e as preferenciais, 3,44%. /COM REUTERS

27 NOV 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Aprovado texto do Código de Processo Civil

Eduardo Bresciani
BRASÍLIA

A Câmara dos Deputados deu mais um passo ontem na votação do novo Código de Processo Civil (CPC). Foi aprovado o texto principal do projeto, mas os líderes terão ainda até a próxima segunda-feira para apresentar propostas de mudanças sobre os 1.085 artigos do texto para serem votadas individualmente, os chamados destaques. O projeto procura reduzir recursos, padronizar decisões e acelerar decisões nesta área.

Entre os destaques estará a discussão sobre a prisão para quem não pagar pensão alimentícia. A proposta do novo CPC é de que o regime inicial nesta situação seja o semiaberto, para permitir o trabalho externo e o consequente pagamento da dívida. A bancada feminina, porém, acredita que essa flexibilização pode estimular a inadimplência e vai tentar manter a regra atual que prevê a prisão em regime fechado.

Outro tema que divide a Casa é a previsão de que advogados públicos recebam os honorários de sucumbência, pagos pelo perdedor em algumas causas por determinação dos juízes.

Justiça anula nomeação do governo Campos

Angela Lacerda / RECIFE

O juiz da 1.^a Vara da Justiça Federal em Pernambuco, Roberto Wanderley Nogueira, determinou ontem a anulação da nomeação do secretário estadual de Saúde, Antonio Figueira, no cargo desde janeiro de 2011. O juiz alegou que o governo do Estado mantém contratos de prestação de serviços de saúde com o Instituto Materno Infantil de Pernambuco (Imip), entidade privada presidida por Figueira até a véspera da posse. O secretário é filho do fundador do instituto, Fernando Figueira.

“Foi nomeado como secretário de Saúde do Estado de Pernambuco o então presidente de uma instituição privada. Apesar de haver se afastado formalmente da presidência para tomar posse, ele parece haver mantido laços, no mínimo afeti-

vos, com a instituição, já que é filho do fundador”, justificou o juiz na sentença.

O governo de Pernambuco, por meio da Procuradoria-Geral do Estado, afirmou que vai recorrer da decisão. O governador Eduardo Campos (PSB), que nomeou Figueira na secretaria, disse que a decisão é “uma afronta ao Estado de Direito”, porque, segundo ele, o Estado não foi ouvido na ação. “A Procuradoria do Estado impetrará recurso à instância superior colocando as razões que não teve oportunidade de fazer até agora”, disse ele. Campos afirmou que seguirá as recomendações da Procuradoria. “Não assino nenhum papel, nenhum decreto, que não seja observado pelos advogados do Estado.”

Entidade filantrópica fundada em 1960, o Imip é um complexo hospitalar voltado à população carente. Ocupa área de 53 mil metros quadrados, com 10 prédios e mais de mil leitos. Oferece, via Sistema Único de Saúde (SUS), serviços ambulatoriais e hospitalares com centro de diagnóstico e medicina.

27 NOV 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Helicóptero de deputado levava droga

Polícia apreende no Espírito Santo aparelho com 443 quilos de cocaína:
piloto que o conduzia era assessor de parlamentar mineiro

Marcelo Portela
BELO HORIZONTE

Uma operação das Polícias Federal e Militar na fronteira entre Minas Gerais e Espírito Santo, no domingo, levou à captura de um helicóptero com 443 quilos de pasta de cocaína e à prisão de quatro pessoas. A polícia constatou que o aparelho é da família do senador Zezé Perrella (PDT-MG) e quem o pilotava era Rogério Almeida Antunes, funcionário da Assembleia Legislativa mineira, que estava lotado na 3.^a Secretaria e servia ao filho do senador, deputado Gustavo Perrella (SDD).

Exonerado já na segunda-feira – a decisão deve sair hoje no *Minas Gerais*, o diário oficial do Estado –, Antunes, 36 anos, era empregado da Limeira Agropecuária e Participações. Ele só perdeu o cargo da Assembleia, onde recebia R\$ 1.700 mensais, depois que sua ligação com a Casa se tornou pública. A Limeira foi fundada pelo senador e hoje pertence a Gustavo, à sua irmã Carolina e a um sobrinho do senador, André Almeida Costa.

A prisão de Antunes ocorreu no domingo em Afonso Cláudio (ES). Além dele foram presos o copiloto Alexandre José de Oliveira Júnior, de 26 anos, Róbson Ferreira Dias, de 56, e Everaldo Lopes de Souza, de 37.

● **Flagrante**
443

quilos de pasta de cocaína era a carga levada pelo piloto Rogério Antunes, que a polícia capturou na fronteira de Minas com Espírito Santo

R\$ 1.700

era o salário mensal de Antunes como assessor de Gustavo Perrella na Assembleia mineira

24

funcionários é quanto pode contratar cada deputado mineiro para sua assessoria

Titular da 3.^a Secretaria da Assembleia mineira, o deputado Alencar Silveira Júnior (PDT) confirmou que a indicação de Antunes partiu de Gustavo Perrella, que preside a Comissão de Turismo da Casa. “As indicações são feitas pelos presidentes das comissões. Todos os documentos exigidos foram apresentados pelo rapaz. Nem eu nem o presidente da Assembleia temos como contestar nenhuma indicação”, disse Alencar.

Ele não sabe informar o tipo de serviço que era prestado por Antunes e nem se ele comparecia à Assembleia – controle que, segundo ele, cabe à direção da Casa ou ao gabinete do deputado ao qual ele respondia. “Cada deputado tem direito a nomear até 24 funcionários”, avisou.

Furto. Gustavo Perrella disse que vai acusar Antunes de furto porque ele “não tinha autorização” para fazer o voo que resultou na prisão em flagrante. Segundo a assessoria da Casa, a Antunes era encarregado de “serviços gerais”. A assessoria explicou, ainda, que não há controle da direção sobre o ponto ou o trabalho executado pelos assessores. Ao tentar contato com o deputado, o Estado foi informado de que ele estava em Brasília.

A captura do helicóptero da Limeira para o transporte dos 443 quilos de pasta de cocaína não é o primeiro episódio policial a envolver a empresa da família Perrella. Em 2011, o Ministério Público Estadual abriu procedimento para investigar a evolução patrimonial de Zezé Perrella, então presidente do Cruzeiro, após se divulgar que ele teria uma fazenda avaliada em R\$ 60 milhões.

Um ano antes, ao assumir no Senado, na vaga de Itamar Franco, ele havia declarado à Justiça Eleitoral um patrimônio de R\$ 490 mil. Na ocasião, afirmou que a fazenda pertence à Limeira e que esta foi transferida para seus filhos e o sobrinho.

27 NOV 2013

O ESTADO DE S. PAULO

FÓRUM DO LEITOR

SUBSTITUIÇÃO DE JUIZ **Sem pressão**

A respeito da matéria *Após pressões de Barbosa, TJ troca juiz responsável por execução de penas* (25/11, A4), o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Joaquim Barbosa, nega que tenha feito pressão pela substituição do juiz da Vara de Execuções Penais do Distrito Federal. O presidente lamenta não ter sido ouvido sobre assunto de tamanha gravidade.

WELLINGTON GERALDO SILVA,
secretário de Comunicação do Supremo Tribunal Federal
Brasília

! N. da R. – O jornal mantém as informações divulgadas.

TUTTY

A caráter

Comenta-se na hora do recreio do STF que Joaquim Barbosa não tem nada contra José Dirceu trabalhar num hotel de Brasília, desde que o prisioneiro em regime semiaberto use uniforme de porteiro – com cartola e casaca – ou de camareira, que seja!

(25 NOV 2013)

O ESTADO DE S. PAULO

Após pressões de Barbosa, TJ troca responsável por execução de penas

Judiciário. Ademar Vasconcelos, titular da Vara de Execuções Penais, perdeu a condução do caso dos condenados pelo mensalão ao contrariar presidente do STF; novo encarregado, filho de ex-deputado pelo PSDB;

já determinou procedimentos relativos a Gencino

Andreza Matcis
Ricardo Della Coletta
Felipe Recondo / BRASÍLIA

Mais afinado com o ministro Joaquim Barbosa, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), o juiz Bruno André Silva Ribeiro passou a comandar a execução das penas dos presos do mensalão no lugar do juiz titular da Vara de Execuções Penais (VEP) do Distrito Federal, Ademar de Vasconcelos. A mudança atende a pressões feitas por Barbosa, que estava insatisfeito com o comportamento de Vasconcelos, conforme revelou no sábado o *Estadão.com.br*.

O novo responsável pela execução das penas do mensalão é filho do ex-deputado distrital e membro da executiva do PSDB no DF Raimundo Ribeiro. “Cada um tem a sua atuação e agente conhece bem as regras que devem ser cumpridas”, afirmou o tucano, negando ingerência política na atuação do filho.

Como uma das suas primeiras medidas, Bruno Ribeiro fi-

© *Aval*

“Se o juiz (*responsável pela execução das penas*), no primeiro grau, deixou de cumprir a ordem do ministro relator, o presidente do STF pode designar outro juiz?”

Nelson Calandra

PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS
MAGISTRADOS BRASILEIROS

xou 12 condicionantes para Gencino cumprir a pena em casa, após a alta hospitalar na manhã de ontem, enquanto se recupera de problemas de saúde. O novo responsável pela execução das penas proibiu o deputado de deixar a residência, a não ser para atendimento médico, de conceder entrevistas ou fazer manifestações à mídia em geral, o que incluiria, na avaliação de advogados, redes sociais, como Twitter e Facebook.

Silêncio. Na prática, Ribeiro foi “nomeado” para cuidar da execução da pena do mensalão,

mas o Estado apurou que não deve haver ofício do ministro Joaquim Barbosa determinando que o juiz assuma o caso. O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios também não deve confirmar a informação oficialmente, para evitar constrangimentos.

De acordo com fontes ouvidas pelo Estado, na última quinta-feira, integrantes da cúpula do tribunal se reuniram com integrantes do gabinete de Barbosa para tratar do desempenho de Ademar Vasconcelos. O tribunal local também estaria descontente com a conduta de Vasconcelos na execução das penas do mensalão. O órgão não se manifestou ontem.

O presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, Nelson Calandra, afirmou que é legítimo o presidente do Supremo trocar o responsável pela execução das penas. “Se o juiz, no primeiro grau, deixou de cumprir a ordem do ministro relator, o presidente do STF pode designar outro juiz”, afirmou.

CONTINUA

25 NOV 2013

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Segundo ele, não há como comparar com outros casos, porque o Supremo não tem tradição de determinar a prisão de políticos com mandato.

Causas. Barbosa não escondeu a insatisfação com Vasconcelos desde o início. O presidente do STF atribuiu ao juiz a responsabilidade pela demora na concessão de prisão domiciliar a Genoio. De acordo com a assessoria da Corte, Vasconcelos teria dito que o estado de saúde do ex-deputado era bom. Horas depois, Genoio sentiu-se mal e foi transferido para o hospital.

A presidência do STF reclamou também de Genoio ter dado entrevista à revista *IstoÉ*. Um assessor da suprema corte disse, ironicamente, que em breve Vasconcelos permitiria uma entrevista coletiva dentro do presídio da Papuda.

Procurado pelo Estado, Vasconcelos disse que cumpria “voto de silêncio” e recusou-se a falar sobre o assunto. “Não me comprometa. Me ajude”, repetia, à cada pergunta feita. A uma pessoa próxima, afirmou que está abalado, mas negou ter sido submetido a um afastamento.

Vasconcelos se queixou, ainda, das críticas por ter acomodado inicialmente José Genoio, José Dirceu e Delúbio Soares no regime fechado, quando deveriam estar no semiaberto. Vasconcelos disse a amigos que a culpa seria do presidente do STF, por não ter emitido uma carta guia para orientá-lo. No Supremo, entretanto, a explicação é que os autos do processo foram enviados para a vara de execução penais, mas Vasconcelos pediu um resumo.

Diagnóstico. Após três dias de internação, Genoio teve alta do Instituto de Cardiologia do Distrito Federal na manhã de ontem. No sábado, uma junta médica examinou o ex-presidente do PT por duas horas e meia, mas ainda não divulgou suas conclusões. É com base nesse parecer que Barbosa decidirá se o deputado poderá cumprir a pena em casa ou se deverá voltar para a cadeia. /COLABOROU MURILO RODRIGUES ALVES

27 NOV 2013

FOLHA DE S. PAULO

Presidente do STF mantém votação sobre poupança, apesar de apelos

Governo negociava ontem com ministros para pedir vistas e empurrar votação para 2014

Carta de “notáveis”, incluindo FHC, fala em erro histórico se poupadores forem beneficiados pelo STF

TONI SCIARRETTA
DE SÃO PAULO
SEVERINO MOTTA
DE BRASÍLIA

O presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Joaquim Barbosa, ignorou os apelos do governo e de uma carta de “notáveis”, e manteve em pauta a votação da correção das poupanças nos planos econômicos dos anos 80 e 90, assunto que se arrasta desde 2010 e que pode trazer perdas bilionárias ao governo e ao sistema financeiro.

O governo, que perde com as indenizações dos bancos públicos e com queda na arrecadação, negociava ontem à noite com membros do STF para suspender a votação.

No arsenal, está a manifestação de 23 notáveis — ex-presidente do BC, ex-ministros da Fazenda e até o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso — dizendo que uma decisão favorável aos poupadores seria erro histórico.

Os poupadores, representados pelo Idec, desqualificam a carta afirmando que to-

dos os signatários ou trabalham ou trabalharam sob a forma de consultor ou de conselheiro dos bancos.

O início da sessão, que tem desfecho imprevisível, está previsto para hoje, às 8h30.

A expectativa ontem era que algum dos ministros mais sensibilizados às ponderações do governo e do BC, que falam em perdas potenciais de R\$ 150 bilhões (o Idec estima R\$ 18 bilhões de provisões e R\$ 8 bilhões de indenizações), peça vistas da votação.

Para pedir vistas, deve ter argumentos para se justificar. O problema é reverter decisões que os ministros tomaram no passado.

Com exceção dos ministros Teori Zavascki, Luiz Fux, Luís Barroso e Rosa Weber, todos os sete demais já se pronunciaram e têm suas opiniões bem conhecidas sobre o assunto. Favoráveis aos bancos, só falaram José Dias Toffoli e Gilmar Mendes.

Barroso deve se declarar impedido a votar porque já defendeu os bancos. Há dúvidas se será seguido por Fux (sua filha trabalha num escritório de defesa dos bancos).

Na pauta, estão uma ADPF (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental), que teve negado um pedido de liminar em 2010, e quatro

repercussões gerais (que tratam das matérias) relatadas por Tofolli e Mendes.

O provável é que a ADPF, relatada por Ricardo Levandoviski, seja votada primeiro. Em seguida, votam-se as repercussões. “Está tudo previsto para que comece a julgar quarta [hoje] normalmente. Pelo que fui informado, vamos fazer a leitura dos relatórios, depois começam as sustentações orais, e aí não sei se continua na outra semana”, disse Lewandowski.

CONTINUA

27 NOV 2013

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

DÚVIDAS SOBRE A CORREÇÃO DA POUPANÇA

1 Quem teria direito à correção?

Quem tinha poupança à época dos planos Bresser (1987), Verão (1989), Collor 1 (1990) e Collor 2 (1991) e já entrou com ação individual ou coletiva antes do prazo de prescrição

2 Ainda posso entrar com ação?

Não. Terminou o prazo de 20 anos para entrar com ação em todos os planos econômicos. O prazo do último, o Plano Collor 2, prescreveu em jan.2011

3 Quem não entrou com ação ainda pode ser beneficiado?

Pode, desde que exista uma ação coletiva, com sentença favorável, transitada em julgado contra o banco em que o poupador tinha conta. Isso ocorre com os poupadores do Banco do Brasil no caso do plano Verão. O interessado deve procurar seu advogado para entrar com uma habilitação reclamando a correção

4 As ações coletivas já existentes beneficiam a todos

os poupadores?

Não. Várias delas foram declaradas improcedentes em 2010, quando o STJ definiu que as ações coletivas estavam sujeitas à regra de prescrição de cinco anos e não de 20 anos, como as ações individuais. A decisão derrubou 1.015 das 1.030 coletivas em tramitação

5 Alguém já recebeu indenização?

Sim. Até 2007, a maioria dos bancos privados costumava pagar indenizações ou fazer acordos de menor valor com os poupadores. Várias pessoas receberam após ter decisões favoráveis transitadas em julgado (sem recurso). Em 2010, no entanto, o STF determinou que todos os pagamentos fossem suspensos até o julgamento do mérito das ações

6 Como fica quem morreu, entrou com ação e não recebeu?

Os herdeiros têm direito a eventual decisão, tendo de fazer um aditamento ao formal de partilha do espólio

PAINEL

Na retranca

O governo joga pelo zero a zero na sessão de hoje do STF que discutirá o processo sobre a correção das cadernetas de poupança pelos planos econômicos dos anos 80 e 90. O cenário ideal é que algum ministro peça vista da matéria, o que adiaria sua análise por mais tempo. Caso isso não aconteça, a expectativa é que não haja tempo de fazer as sustentações orais e a leitura dos relatórios hoje, o que levaria ao adiamento da votação, se possível pelo menos para o ano que vem.

27 NOV 2013

FOLHA DE S. PAULO

Sem decisão do STJ, Vale tem até sexta para entrar em programa

Julgamento sobre cobrança de R\$ 30 bilhões em impostos da companhia é suspenso

MARIANA SCHREIBER
DE BRASÍLIA

O julgamento de um recurso da Vale contra a cobrança de R\$ 30 bilhões em impostos no STJ (Superior Tribunal de Justiça) foi suspenso ontem, mantendo a mineradora em um impasse.

A empresa tem até sexta-feira para aderir ao programa especial da Receita Federal para pagamento de dívidas tributárias em parcelas e com desconto de multa e juros.

No entanto, se a empresa entrar no programa, não poderá mais recorrer judicialmente. A Vale, portanto, pode ter que desistir da ação antes de seu término.

Com o adiamento, as ações da companhia recuaram ontem 3,4%.

Os valores cobrados são relativos a impostos sobre o lucro de algumas de suas subsidiárias no exterior no período de 1996 a 2008.

A Vale argumenta que já paga impostos nos países em que suas coligadas estão instaladas e que tratados internacionais assinados pelo Brasil e esses locais impedem a bitributação, ou seja, que tributos sejam cobrados também pelo governo brasileiro.

O julgamento foi suspenso porque o ministro Ari Pargendler pediu vista para analisar melhor o processo. A solicitação foi feita após empate nos dois primeiros votos.

DIVISÃO

Enquanto o relator do processo, o ministro Napoleão Nunes Maia Filho, votou a fa-

vor da Vale, o ministro Sérgio Kukina foi contrário ao argumento da mineradora.

Maia Filho argumentou que os tratados internacionais se sobrepõem a legislação tributária.

Ele observou ainda que a dupla tributação de multinacionais brasileiras reduz sua competitividade em relação a empresas globais de outros países que não cobram imposto sobre lucro no exterior.

Kukina não detalhou seu voto. Antes de ele se pronunciar, o ministro Benedito Gonçalves não votou, pois se declarou impedido. Além de Pargendler, falta ainda também a decisão do ministro Arnaldo Esteves Lima.

Normalmente, após o pedido de vista, o processo só volta a ser julgado na semana seguinte, disse o advogado Roberto Duque Estrada, que representa a Vale.

Ele não comentou quais serão os próximos passos da empresa. A Vale também não informou se vai aderir ou não ao programa de parcelamento especial da Receita.

O governo lançou no mês passado três programas de parcelamento especial, que podem resultar em aumento de arrecadação num momento em que enfrenta dificuldades para equilibrar as contas.

A expectativa da Receita é que esses programas vão gerar de R\$ 7 bilhões a R\$ 12 bilhões em arrecadação extra neste ano, sendo que a maior parte deve vir de multinacionais brasileiras que contemtam impostos cobrados sobre lucros obtidos no exterior.

27 NOV 2013

FOLHA DE S. PAULO

Secretário da Saúde é afastado em Pernambuco

Para juiz, Figueira tem ligações com instituto

A Justiça Federal em Pernambuco ordenou o afastamento imediato do secretário da Saúde de Pernambuco, Antônio Figueira (PSB), nomeado em 2011 pelo governador Eduardo Campos (PSB).

O juiz Roberto Nogueira, da 1ª Vara Federal no Recife, considerou que a nomeação de Figueira feriu princípios da impessoalidade e da moralidade porque ele presidiu, até a véspera de sua nomeação ao governo, o Imip (Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira), organização social que administra a maior parte dos serviços de saúde do Estado.

Mesmo depois de se afastar da direção do Imip, Figueira continuou, segundo o juiz, a ter ligações com a entidade, pois é filho do fundador, possui parente no comando do instituto e está afastado só temporariamente da entidade. Figueira é citado como um dos possíveis candidatos do PSB a governador em 2014.

A sentença de ontem é resultado de ação popular movida pelos médicos Liliane Peritore e Antônio Jordão. O processo tramitava sob sigilo.

Os autores da ação alegam que o Imip, que já mantinha contratos de cerca de R\$ 500 milhões com o governo do Estado antes de Figueira assumir a secretaria, passou a receber o dobro um ano depois.

Ainda segundo a ação, o Imip foi contratado pelo Estado sem licitação. “A nomeação do então presidente do Imip para o cargo de confiança de secretário da Saúde fere, frontalmente e de modo indiscutível, a moralidade e a impessoalidade enquanto preceitos da administração”, escreve o juiz Nogueira.

O Imip gerencia hoje quatro hospitais estaduais — três deles desde antes de 2011, segundo a entidade—, sete UPAs (Unidades de Pronto Atendimento) desde 2010 e uma oitava desde 2011.

Durante o processo, afirmou o juiz, a “única defesa” do Estado foi a de que o ato de nomeação é “discricionário” —ou seja, compete por lei ao governador escolher profissionais para a gestão.

Para o juiz, o argumento não confere ao administrador poderes ilimitados a ponto de atuar “de forma contrária ao interesse público”.

Questionado sobre a decisão, Eduardo Campos afirmou que somente a Procuradoria-Geral do Estado iria se manifestar. Em nota, o órgão informou que irá recorrer da decisão. (REYNALDO TUROLLO JR.)

27 NOV 2013

FOLHA DE S. PAULO

Dirceu é contratado para ser gerente de hotel por R\$ 20 mil

Falta autorização da Justiça para que ele possa deixar o presídio todos os dias para trabalhar das 8h às 17h

Com 424 quartos, Saint Peter já foi do ex-deputado Sérgio Naya, hoje é de empresário do ramo das comunicações

DE BRASÍLIA

Ex-ministro da Casa Civil, José Dirceu vai ganhar R\$ 20 mil para deixar a prisão todos os dias e ser, das 8h às 17h, o novo gerente administrativo do hotel Saint Peter, na área central de Brasília.

O contrato com o salário e o cargo já foi assinado na carteira de trabalho de Dirceu e enviado ao STF (Supremo Tribunal Federal).

A corte informou ontem que a autorização final se ele, como preso do regime semiaberto, poderá exercer o cargo será da Vara de Execuções Penais do Distrito Federal.

Na petição ao STF, a defesa de Dirceu informou que ele, três dias após a prisão, pleiteou o emprego e, recentemente, o conseguiu. Se obter a autorização, o ex-ministro poderá se deslocar até cem metros do local de trabalho durante sua hora de almoço.

Dirceu preencheu uma fi-

cha de “solicitação de emprego”. Nela, afirma que candidatou-se por “necessidade” e por “apreciar hotelaria e a área administrativa”. Informa ainda que é “católico”, pratica caminhadas como esporte e, nas horas vagas, gosta de ler, viajar e assistir filmes.

Em Brasília, o salário desse cargo varia entre R\$ 8 mil e R\$ 12 mil. Quem assina o contrato de trabalho de Dirceu é a gerente-geral do hotel, Valéria Rodrigues Linhares. Na carteira de trabalho de Valéria, anexada ao pedido de Dirceu junto ao STF, consta o salário de R\$ 1.800.

Condenado a 10 anos e 10 meses de prisão no mensalão, Dirceu cumpre inicialmente uma pena de 7 anos e 11 meses pelo crime de corrupção no regime semiaberto.

Segundo o Código Penal, o trabalho externo é “admissível” aos condenados no semiaberto. A defesa apresentar ao juiz a proposta de emprego, na qual o empregador aceita as restrições impostas ao trabalhador quando à jornada e à locomoção. O juiz e seus assessores analisam então a proposta. É o que já está sendo feito com Dirceu.

A advogada do hotel, Rosa-

ne Ribeiro, afirmou que Dirceu já foi contratado e que não há relação de amizade entre os sócios e o condenado.

De acordo com ela, o hotel foi procurado por Dirceu, verificou que ele poderia exercer a função e o contratou, “já que o preso tem o direito”. Ela não falou sobre o salário.

HOTEL

O Saint Peter já foi de Sérgio Naya, deputado cassado e preso por causa do desabamento do edifício Palace 2, no Rio. Hoje, pertence a três sócios: Paulo Masci de Abreu, empresário de comunicação, Raul de Abreu, seu filho, e a empresa Truston International Inc, com sede no Panamá. Raul é procurador da Truston.

O hotel tem 424 quartos e 16 andares. As diárias variam de R\$ 330 a R\$ 1.200. Atualmente, o quarto andar do hotel está em reforma. Totalmente ativo, pode receber até 800 pessoas.

Com piscina e academia de ginástica, o último andar do hotel — que já esteve embargado — tem hoje duas salas de eventos, uma para até 350 pessoas e outra para 250. (MATEUS LEITÃO, SEVERINO MOTTA E FILIPE COUTINHO)

27 NOV 2013

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL DO LEITOR

Justiça

Vladimir Safatle é uma das poucas exceções que possuem a visão correta do que ocorre com nossa Justiça. Seu artigo “Ritmos tortos” (“Opinião”, ontem) mostra o que significa, verdadeiramente, o dito “dois pesos, duas medidas”, empregado quando a Justiça do Brasil trata de maneira seletiva os partidos políticos. O mensalão tucano e o escândalo do metrô são esquecidos ou conduzidos em câmera lenta pelos nossos preclaros representantes da Justiça, enquanto setores caninos da imprensa brasileira fazem de conta que não é com eles.

BENJAMIN EURICO MALUCELLI (Santos, SP)

Vladimir Safatle reproduz em “Ritmos tortos” o discurso do PT de se colocar como vítima das circunstâncias no mensalão, já comprovado, e tenta levar os adversários à vala comum do “é tudo igual”. Não é. Tais denúncias, a prova do envolvimento de líderes do PSDB em esquemas de corrupção, são um documento apócrifo, de procedência duvidosa, uma reinvenção dos “aloprados” de 2006, quando petistas foram pegos comprando um dossiê falso contra o candidato tucano.

O PSDB quer a punição de eventuais culpados, mas não vai se curvar à tentativa de utilização das estruturas do Estado para caluniar adversários.

VANESSA SILVA PINTO, assessora de imprensa do PSDB-SP (São Paulo, SP)

26 NOV 2013

FOLHA DE S. PAULO

VLADIMIR SAFATLE

Ritmos tortos

Os eleitores petistas podem não ter razão em tentar cano-nizar seus antigos líderes envolvidos em escândalos de corrupção, mas têm razão em se indignar com a maneira se-lectiva, própria à Justiça do Brasil, de tratar os partidos brasileiros. Não é preciso ser petista para reconhecer que algo de estranho acontece quando o partido-alvo não é o PT.

Por exemplo, uma mutação peculiar ocorre com o ímpeto investigativo e punitivo do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), sr. Joaquim Barbosa, quando o dito escândalo do mensalão passa à sua segunda fase, aquela na qual se conta a incrível história de sua origem nas campanhas tucanas mineiras e que, segundo o próprio deputado federal Eduardo Azeredo (PSDB-MG), teria também ajudado a encher os cofres da campanha de reeleição do então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, em 1998.

Tomado por certa paralisia e horror, é como se nosso presidente do Supremo não pudesse tocar no processo, deixando-o adormecer durante meses, anos, até que os porões do Palácio da Justiça lacrem tudo com o devido silêncio do esquecimento redentor.

Algo semelhante ocorre com um dos mais impressionantes escândalos de corrupção do Brasil recente, o que envolve o metrô paulistano. O mesmo metrô que se expande na velocidade de um carro subindo a rodovia dos Imigrantes em dia de volta de feriado com chuva.

Empresas multinacionais julgadas em tribunais suíços e franceses, pedidos de informação vindos da Justiça suíça e inacreditavelmente “esquecidos” por procuradores brasileiros, denúncias feitas por funcionários das empresas envolvidas citando nominalmente toda a cúpula dos tucanos bandeirantes que vão à imprensa apenas para encenar sua indignação por seus anos de dedicação franciscana à política serem jogados no lixo: nada, mas absolutamente nada disso foi capaz de abrir uma réles CPI.

Uma série de denúncias sobre assalto ao bem público durante quase duas décadas, tão bem fundamentadas que tiveram a força de abrir inquéritos em países europeus, não foi capaz de justificar uma réles CPI na província de São Paulo.

Ao menos nesse ponto, os eleitores do PT têm razão em não levar a Justiça brasileira a sério. Se o escândalo do metrô fosse com seu partido, meus amigos, vocês poderiam esperar um comportamento bastante distinto da Justiça e de certos setores caninos da *imprensa nacional*.

Agora, o próximo passo será um assessor de imprensa tucano mandar uma carta ac Painei do Leitor, neste jornal, tentado fazer, como sempre, o velho jogo da desqualificação “ad hominem”. Assim caminha o ritmo torto da indignação brasileira.

VLADIMIR SAFATLE escreve às terças-feiras nesta coluna.

27 NOV 2013

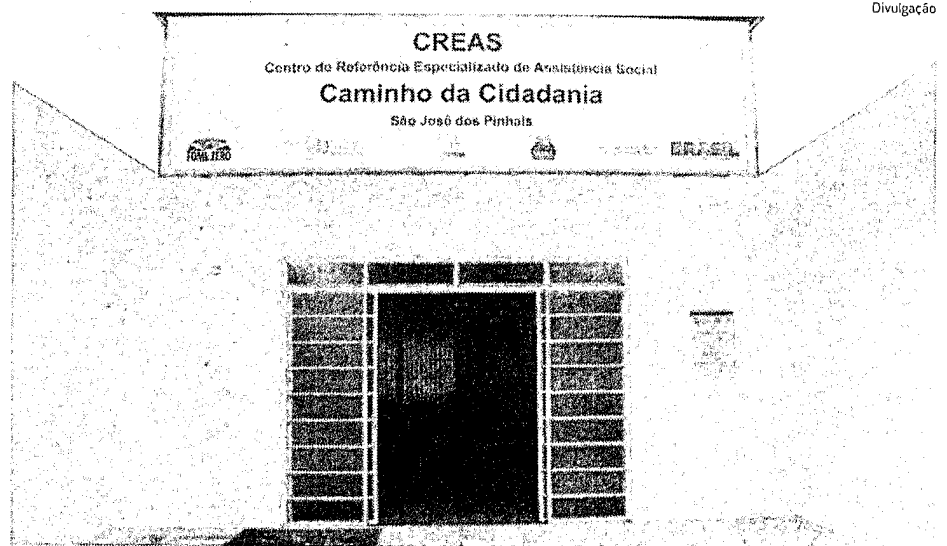
JORNAL DO ÔNIBUS

Menores infratores recebem atendimento em São José

Adolescentes de 12 a 18 anos cumprem medidas sócio-educativas

O Centro de Referência Especializado de Atendimento de Assistência Social (CREAS), órgão da Secretaria de Assistência Social, realizou na manhã desta terça-feira (26), a oficina Despertando Para o Mundo do Trabalho, com adolescentes entre 12 e 18 anos, que foram encaminhados pelo Ministério Público, passaram por uma audiência e cumprem medidas sócio-educativas determinadas pelo juiz.

“Esta é uma das atividades que desenvolvemos com os adolescentes, levando em conta a peculiaridade de cada um. Os objetivos são: a ruptura com a conduta



Divulgação

Os CREAS procuram reabilitar jovens encaminhados pelo Ministério Público

infracional, entender os motivadores e despertá-los para que construam um projeto de vida e para a vida, encaminhando-os para cursos, retorno escolar, trabalho e ampliando

a visão de mundo. É um serviço que exige dedicação, perseverança e persistência”, diz a psicóloga Terezinha Kulka.

Segundo a psicóloga, no momento 102 adolescen-

tes estão recebendo atendimento nos CREAS. O prognóstico de recuperação é favorável, porém há casos de reincidência, principalmente quando envolve drogas seguido de uma recaída.

27 NOV 2013

JORNAL DO ÔNIBUS

Pelo fim da violência contra a mulher

Com o intuito de levar até a população a importância da promoção de ações pelo fim da violência contra a mulher, a Secretaria Municipal de Assistência Social em parceria com a Secretaria de Saúde promoveu uma série de eventos para discutir a temática. Durante o período que antecedeu o dia Internacional da Não Violência Contra a Mulher, e também na data, 25 de novembro, foram realizadas palestras e mobilizações envolvendo centenas de pessoas.

O ponta pé inicial foi dado no dia 18 de novembro, com a realização do V Encontro Municipal de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, realizado no Centro de Referência dos Direitos Humanos, que discutiu o tema "O fluxo do atendimento à mulher vítima de violência no Município de Pinhais: Uma responsabilidade Intersetorial".

Também visando lembrar esta data e incentivar a população a participar das ações de combate, no dia 24 de novembro, o Bosque Municipal e Bosque Bordignon, foram palco de mobilizações para o fim da violência contra a mulher.

Nucria prende homem que abusava de criança

Polícia Civil



Douglas não tem residência fixa

Na tarde da última segunda-feira (25) o Núcleo de Proteção a Criança e Adolescente Vítimas de Crimes (Nucria) cumpriu mandado de prisão preventiva contra Douglas Henrique Andrade, 23 anos, acusado de abusar de uma criança de oito 8 anos.

Os policiais civis realizaram diligências a fim de localizar Andrade, que não possui residência fixa e no final da tarde de segunda o localizaram e o prenderam.

27 NOV 2013

BEMPARANÁ

Orçamento

Os deputados estaduais aprovaram ontem, em primeira discussão, a proposta de Orçamento do Estado para 2014. Ela prevê R\$ 35 bilhões da receita corrente líquida no ano que vem. Para a Assembleia o total a ser repassado representa 3,1%, e 1,9% para o Tribunal de Contas do Estado. Ao Poder Judiciário a previsão é do repasse de 9,5%; e 4,1% ao Ministério Público. Outros R\$ 47 milhões serão destinados à Defensoria Pública. O projeto volta à pauta do plenário na segunda-feira.

Pressa

Chamou a atenção o fato dos deputados estarem votando o Orçamento ainda em novembro, quando o prazo final para a aprovação do texto é 17 de dezembro. Os parlamentares garantem que se trata da nova política da Casa de não deixar assuntos importantes para a última hora. Na prática, porém, a pressa atende ao interesse do governo de evitar o risco de vingar já para o ano que vem a proposta apresentada com o apoio de um grupo de 47 deputados, entre eles grande parte da base governista, de orçamento impositivo, que obrigaria o Executivo a cumprir as 1.661 emendas parlamentares no valor de R\$ 53,9 milhões, propostas pelos parlamentares. O líder governista, deputado Ademir Traiano (PSDB), reafirmou ontem que não há qualquer garantia de que as emendas sejam atendidas.

Custas

Os deputados também aprovaram ontem reajuste de 11,45% nas custas judiciais. Com isso, o valor de referência de custas (VRC) passará de R\$ 0,141 para R\$ 0,157, a partir de janeiro de 2014. Na prática, por exemplo, a taxa cobrada a um recurso interposto para o Tribunal de Justiça ou para os Tribunais Superiores passa de R\$ 33,50 para R\$ 37,33. O TJ alega que o aumento está baseado nos índices de inflação do período, já que não houve reajuste desde 2010.

27 NOV 2013

BEMPARANÁ

Pinhais

Contra a Violência

Com o intuito de levar até a população a importância da promoção de ações pelo fim da violência contra a mulher, a Secretaria Municipal de Assistência Social de Pinhais em parceria com a Secretaria de Saúde promoveu uma série de eventos para discutir a temática. Durante o período que antecedeu o dia Internacional da Não Violência Contra a Mulher, foram realizadas palestras e mobilizações envolvendo centenas de pessoas.

EM BAIXA



A VRG Linhas Aéreas, subsidiária da Gol, foi condenada a pagar indenização de R\$ 1 milhão por danos morais coletivos. A decisão da Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho considerou que a empresa retaliou funcionários que participaram da greve dos aeroviários, em 2010.

27 NOV 2013

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Pedro
Washington

Panorama Político

TRATAMENTO DESIGUAL

Os condenados do mensalão já criaram problemas para as autoridades judiciárias. A começar por Pizzolatto que, segundo a deputada ítalo-brasileira Renata Bueno, de há muito já preparara sua fuga com suposta ajuda de gente muito importante, retirando novo passaporte italiano em Madri. Depois veio o caso das transferências para Brasília dos prisioneiros, inclusive dos que deveriam cumprir pena em regime semi-aberto quando na visão de seus advogados deveriam cumpri-las em suas cidades de origem; não bastasse isso, surgiu o problema causado pelo estado de saúde do deputado José Genoíno, que repercutiu na Câmara Federal, com a tentativa do presidente da Casa Henrique Eduardo Alves de iniciar o processo de cassação do parlamentar petista, abortada pelo pedido de vistas do deputado André Vargas (PT-PR). Entre outros “abacaxis a descascar” em mãos do presidente Joaquim Barbosa, um pedido do ex-ministro José Dirceu, convidado pelo Saint Peter Hotel para nele trabalhar. Se a categoria do estabelecimento for “5 estrelas”, frequentado por empresários e políticos, a função de Zé Dirceu, com o extraordinário relacionamento que adquiriu e a força que tem no governo, será aquela à qual se dedicou nos últimos anos: “consultor empresarial”, eufemismo para caracterizar uma profissão que o ex-senador Marco Maciel pretendeu um dia regulamentar – a de lobista. Não ficarão por aí as situações criadas pelos mensaleiros. Ainda que a um bom número deles, com reclusão fechada decretada, não tenham sido expedidas até ontem, ordem de prisão. O curioso é que os políticos condenados já receberam maciças demonstrações de apoio. Os demais envolvidos no mensalão, como os dirigentes do Banco Rural, deixados à própria sorte.

DEFENSORIA PÚBLICA

Castro, nos Campos Gerais, recebe dois defensores públicos para atuar em prol da população. Eles realizam um curso oferecido pelo governo do Estado e devem começar a atuar em dezembro. A Defensoria Pública presta assistência jurídica integral e gratuita às pessoas que não podem pagar pelos serviços de um advogado. A defensoria será implementada por meio de parceria com o governo estadual.

27 NOV 2013

TRIBUNA DO PARANÁ

TRÁFICO

Helicóptero de deputado tinha cocaína

Uma operação das Polícias Federal e Militar na fronteira entre Minas Gerais e Espírito Santo, no domingo, levou à captura de um helicóptero com 443 quilos de pasta de cocaína e à prisão de quatro pessoas. A polícia constatou que o aparelho é da família do senador Zezé Perrella (PDT-MG) e quem o pilotava era Rogério Almeida Antunes, funcionário da Assembleia Legislativa mineira, que estava lotado na 3.ª Secretaria e servia ao filho do senador, deputado Gustavo Perrella (SDD).

Exonerado já na segunda-feira - a decisão deve sair hoje no *Minas Gerais*, o diário oficial do Estado -, Antunes, 36 anos, era empregado da Limeira Agropecuária e Participações. Ele só perdeu o cargo da Assembleia, onde recebia R\$ 1.700 mensais, depois que sua ligação com a Casa se tornou pública. A Limeira foi fundada pelo senador e hoje pertence a Gustavo, à sua irmã Carolina e a um sobrinho do senador, André Almeida Costa.

Gustavo Perrella disse que vai acusar Antunes de furto porque ele "não tinha autorização" para fazer o voo que resultou na prisão em flagrante.

26 NOV 2013

METRO

TJ-PR lança campanha para pedir o registro de nascimento de crianças

Foi lançada ontem pelo TJ-PR (Tribunal de Justiça do Paraná) a campanha 'Toda Criança tem Direito ao Registro Civil de Nascimento'.

Primeiramente, o objetivo é mapear o Estado para localizar as regiões em que residam as crianças com sub-registro. O mapeamento e o diagnóstico dos locais serão feitos por meio da comparação com o fluxo de nascimento nas maternidades e hospitais e o número efetivo de registros civis efetuados, assim como em ações nos municípios de baixo IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) e naqueles onde houver população indígena.

Depois, o projeto vai identificar as crianças e registrá-las. Além disso, desenvolverá ampla campanha para orientar e educar os pais e outros agentes a não permitir que nenhuma criança fique sem registro fora dos prazos legais.

Essas ações serão desenvolvidas em mutirões e em conjunto com outros programas comunitários.



Levantamento

Principais causas da ausência do registro civil de nascimento, segundo o IBGE:

- ausência de cartórios no município
- distância do cartório
- custo de deslocamento
- desconhecimento da importância do registro
- dificuldade de implementação de fundo compensatório para os atos gratuitos
- filhos que não têm o reconhecimento inicial paterno